

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	15
1. PRINCÍPIOS CONSTITUCIONAIS PROCESSUAIS FUNDAMENTAIS	17
1.1 Noções Introdutórias	17
1.2 Princípio do Devido Processo Legal	25
1.3 Princípio da Inafastabilidade do Controle Jurisdicional	29
1.4 Princípio da Instrumentalidade do Processo	31
1.5 Princípio da Isonomia	33
1.6 Princípio do Contraditório	34
1.7 Princípio da Razoabilidade	37
1.8 Princípio da Proporcionalidade	38
2. DA FUNÇÃO JURISDICIONAL	39
2.1 Considerações Preliminares Quanto à Tutela Jurisdicional dos Direitos	40
2.2 Das Sentenças como Técnicas Processuais de Prestação da Tutela Jurisdicional	42
2.2.1 Das sentenças não satisfativas e as várias espécies de tutela	52
2.2.1.1 Da tutela inibitória	52
2.2.1.2 Da tutela preventiva executiva	55
2.2.1.3 Da tutela reintegratória ou de remoção do ilícito	57
2.2.1.4 Da tutela do adimplemento da obrigação contratual na forma específica	59
2.2.1.5 Da tutela ressarcitória na forma específica	59
2.2.1.6 Da tutela pelo equivalente monetário	61
3. DA EFETIVIDADE DO PROCESSO E A TUTELA DO DIREITO MATERIAL	63
3.1 Visão Histórica do Processo como Ferramenta de Efetividade e Vivificação do Direito Material	63
3.2 Direito à Adequada Tutela Jurisdicional	72

4. A TÉCNICA DA ANTECIPAÇÃO DA TUTELA COMO INSTRUMENTO DE EFETIVAÇÃO DA PRESTAÇÃO JURISDICIONAL	77
4.1 A Técnica da Antecipação e a Sentença Condenatória.....	79
4.2 A Técnica da Antecipação e as Sentenças Declaratória e Constitutiva ...	80
4.2.1 Considerações preliminares.....	80
4.2.2 Sentenças declaratória e constitutiva no Direito italiano e a questão da execução imediata	81
4.2.3 A técnica de antecipação em face dos <i>provvedimenti d'urgenza</i> ...	82
4.2.4 A natureza da tutela de urgência de cognição sumária nas ações declaratória e constitutiva.....	83
4.2.5 Conclusões.....	86
4.3 A Técnica da Antecipação e as Sentenças Executiva e Mandamental....	87
5. A EFETIVIDADE DA DECISÃO JUDICIAL E OS MEIOS DE COERÇÃO OU MEDIDAS DE APOIO	89
5.1 Noções Gerais	89
5.2 Os Arts. 287, 461 e 461-A do CPC e 84 do CDC como Forma de se Garantir a Efetivação da Prestação Jurisdicional	93
5.2.1 O Art. 287 do CPC	95
5.2.2 Os Arts. 461 e 461-A do CPC	97
5.2.3 O Art. 84 do CDC.....	103
6. O DIREITO À SAÚDE DA PESSOA PORTADORA DE DEFICIÊNCIA FACE AO PROVIMENTO JURISDICIONAL ÚTIL	107
6.1 Direito à Saúde.....	107
6.1.1 Evolução histórica do direito à saúde	107
6.1.2 Evolução constitucional do direito à saúde no Brasil	109
6.1.3 Do direito fundamental à saúde	110
6.2 Pessoa Portadora de Deficiência	114
6.2.1 Relato histórico sobre a questão da deficiência	114
6.2.2 Quem é a pessoa portadora de deficiência?	117
6.3 Das Ajudas Técnicas	123
7. O BLOQUEIO DE VALORES E A UTILIDADE DO PROVIMENTO JURISDICIONAL ATINENTE AO DIREITO FUNDAMENTAL À SAÚDE: VISÃO JURISPRUDENCIAL	127
8. O PAPEL DO JULGADOR NO ATINGIMENTO DA TUTELA JURISDICIONAL ÚTIL	137
CONCLUSÕES	141
REFERÊNCIAS	145
ÍNDICE ALFABÉTICO	151